



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação
Ata nº 007 /2020

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte, reuniram-se, por videoconferência e em virtude da Pandemia de COVID-19, os conselheiros Elisângela Gonçalves Macedo, Kátia Leivas, Joelma Madruga Furtado, Luís Fernando Minasi, Maria Aparecida Pereira Reyer, Rosana Pfarrius, Rita de Cássia Madruga de Souza, Rosimeri Machado; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lilian Xavier Machado, presididos pela conselheira Melissa de Moraes Rodrigues. A reunião começou com o conselheiro Minasi sugerindo que os demais tecessem suas considerações sobre a última reunião. A conselheira Rita ressaltou que a prova maior de que os atuais conselheiros exercem seu papel também por amor à educação é o trabalho que continua sendo realizado por esses durante a pandemia. A conselheira Rosimeri enfatizou que o atual grupo de conselheiros está organizado e que a substituição repentina dos mesmos viria a prejudicar o trabalho que vem sendo realizado. A conselheira Elisângela afirmou entender que os conselheiros devem ser substituídos ao término de seus mandatos, porém o momento não é o adequado devido às inúmeras dificuldades a serem enfrentadas em função da pandemia e que a Secretaria de Educação tem alegado ser necessária a publicação de Decreto Municipal dando reconhecimento aos representantes do CME e para que possa validar os Atos. A assessora técnica Jaqueline manifestou-se dizendo que cabe a cada segmento que compõe o pleno do CME encaminhar sua indicação de representante e que ficou surpresa como o assunto foi colocado. Ainda, destacou que caberia à SMEd realizar o chamamento das entidades e coordenar os segmentos a fazerem suas indicações ou eleições. A conselheira Rosimeri destacou que o secretário André solicitou à presidência da Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil a indicação de um representante, todavia a lei prevê reunião com todas as entidades que compõem a sociedade civil para a eleição de um representante. O conselheiro Minasi afirmou que acredita haver um interesse por parte da SMEd de que os atuais membros deste Conselho de Educação não façam mais parte do Pleno. A conselheira Joelma destacou que muitas pessoas não entendem o papel do CME e que a mesma sempre procurou participar ativamente das reuniões do Pleno, porém não foi

liberada para tal pela Secretaria de Educação. A conselheira Elisângela afirmou ter consciência de que sua permanência no CME depende da vontade da SMEd e que fica triste com a substituição repentina de todo o Pleno em razão da experiência adquirida, pelo ritmo de trabalho adotado e pelo momento escolhido para realizar essa mudança, pois o grupo que se formar levará um tempo para se apropriar das legislações e da logística do CME e o cenário atual demanda urgência em algumas orientações. A seguir, o conselheiro Minasi destacou que a vaga no pleno do CME não pertence ao conselheiro, mas sim à Instituição que representa e que, se não houve a recondução de seus membros por parte da Prefeitura Municipal, isso significaria que todos os atuais conselheiros estariam ainda em seu primeiro mandato. Ainda, frisou que o CME coloca a vida em primeiro lugar e que há que se trabalhar o mínimo dos conteúdos escolares para o próximo ano letivo, bem como realizar um trabalho efetivo e eficaz na intenção de unir os anos letivos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Após, o conselheiro repassou algumas colocações sobre o que pensa a respeito da situação atual deste Conselho, destacando: a) há duas situações: o interesse dos conselheiros em permanecer na função ou a abdicação desses desde já; b) se os conselheiros acharem viável a tentativa de permanecer no cargo temporariamente, é necessário destacar que os problemas com os atuais mandatos não foram criados pelo CME, mas sim pela SMEd; c) sugestão para o CME permanecer atuando provisoriamente com os atuais membros: recorrer ao Executivo Municipal para alegar a necessidade de permanência dos atuais membros em razão do momento ímpar vivido. Para isso, seria necessário solicitar ao Executivo a retroatividade das decisões dos conselheiros e, ao final do atual, não letivo, começar a reorganização do novo CME para que os futuros conselheiros possam tomar posse a partir do ano letivo de dois mil e vinte e um; d) necessidade de, em conjunto com a SMEd, continuar o estudo sobre a mudança no regimento do CME. O conselheiro ainda destacou que existem duas possibilidades quanto à solicitação dos conselheiros ao Prefeito Municipal, quais sejam, a de que os atuais conselheiros sejam reconduzidos por um período determinado e a da não aceitação da solicitação. Caso ocorra essa segunda possibilidade, o conselheiro Minasi alerta para a possibilidade de que todos os atos legais emitidos pelo CME no último ano fiquem anulados. Caso a solicitação seja aprovada pelo Executivo Municipal, os conselheiros começariam desde já a elaborar proposta com fins de auxiliar a SMEd no calendário de retomada das aulas. A assessora técnica Jaqueline discordou em parte da colocação do conselheiro Minasi afirmando que o CME prima pela forma legal e correta de eleger seus representantes e, sendo assim, esse processo de eleição por parte de alguns segmentos não teria como ser realizado até o final deste ano uma vez que demanda o chamamento de entidades e não uma simples indicação à

SMEd. A conselheira Elisângela ressalta que se houver reunião com o Executivo, deve ficar claro a problemática de extinção do atual Pleno do CME nesse momento em que o país e a Educação vivem uma pandemia. A presidente do CME, conselheira Melissa, destacou que a substituição dos membros do CME deveria ser realizada em apenas um terço dos representantes, A conselheira Rita manifestou-se a favor de todas as colocações do conselheiro Minasi, A presidente, então, propôs que se agende reunião, o mais breve possível, com o prefeito Municipal e todo o Pleno do CME. A conselheira Rita lamentou a dissolução do CME e destacou que, a partir da participação da Associação das Escolas Particulares de Educação Infantil no pleno do CME, as mesmas passaram a ter mais visibilidade e respeito por grande parte da sociedade. A presidente ressaltou que é preciso valorizar o trabalho até então realizado pelos conselheiros e os conhecimentos adquiridos por esse grupo. Acordou-se, então, que será agendada uma reunião com o Prefeito Municipal para tratar sobre a situação do CME. Esgotada a pauta da reunião e, nada mais havendo a tratar, eu, Lilian Maria Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Melissa de Moraes Rodrigues
Presidente do CME

Lilian Xavier Machado
Secretaria do CME